

Aviso de

DISPENSA ELETRÔNICA

010/2023

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE BARUERI – IPRESB (929647)

OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.390,00

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 15/06/2023

Até 21/06/2023 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 21/06/2023 às 8h

Até 21/06/2023 às 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	6
4. FASE DE LANCES	7
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.....	8
6. HABILITAÇÃO	10
7. CONTRATAÇÃO.....	12
8. SANÇÕES.....	12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15
ANEXOS: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO; TERMO DE REFERÊNCIA; MINUTA DO TERMO DE CONTRATO	18

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
BARUERI – IPRESB**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2023
(Processo Administrativo n.º 1840/2023)**

Torna-se público que o Instituto De Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri – IPRESB, sediado na Alameda Wagih Salles Nemer, 85, Centro, Barueri/SP, CEP 06401-134, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 21/06/2023

Link: <https://www.gov.br/compras>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União	10219	Serviço	1	R\$ 115,83	R\$ 1.390,00

1.2.1. Havendo divergências entre a especificação do objeto constante neste Aviso de Dispensa Eletrônica e a especificação do objeto constante no

CATSER, prevalecerá, sempre, a descrição deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s).

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação

versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de

pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos

seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de:
- 4.3.2.1. R\$ 5,00 (cinco reais) para o item 1;
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 20 (vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e

assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

- 6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

- 7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

- 7.3. O Aceite da assinatura contratual, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 7.3.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

- 7.3.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

- 7.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar;

9.13.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato.

Barueri , 15 de junho de 2023

Marcelo Rodrigues Larangeira
Presidente Interino

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

ANEXO II –TERMO DE REFERÊNCIA 18/2023

Termo de Referência 18/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2023	929647-INSTITUTO DE PREV.SOCIAL DOS SER. MUN/BARUERI	CARLA BASTOS SANTANA RIBEIRO	05/06/2023 15:13 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		IPRESB 001840/2023

1. Definição do objeto

1.1 Contratação de empresa especializada em serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações de diários oficiais do estado de São Paulo e da União.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Contratação de empresa especializada em serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações de diários oficiais	10219	SERVIÇO	1	R\$ 115,83	R\$ 1390,00

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O início do fornecimento do(s) serviço (s) se dará após emissão de ordem de início de serviço.

1.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses a contar da emissão da ordem de início de serviço.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023 do IPRESB.

3. Descrição da solução

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 A contratada deverá realizar o serviço de leitura, seleção e recorte das publicações dos diários eletrônicos de órgãos jurisdicionais brasileiros elencados no item 4.2 abaixo que contenham pelo menos uma das expressões indicadas pelo CONTRATANTE conforme item 4.3 a fim de disponibilizar o recorte eletrônico ao Instituto, a serem encaminhados diariamente por correio eletrônico ou disponibilizados no website da CONTRATADA.

4.2 Grupos pesquisados:

4.2.1 SP - Diário da Justiça de São Paulo - JUFED

4.2.2 SP- Poder Executivo - Seção I

4.2.3 SP- Poder Executivo - Seção II

4.2.4 SP- Poder Legislativo - Tribunal de Contas

4.2.5 Tribunal Regional Federal - 3 região

4.2.6 Tribunal Regional do Trabalho - TRT 2

4.2.7 Diário Oficial da União

4.3 As pesquisas das publicações deverão ocorrer:

4.3.1 Pela Razão Social: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri

4.3.2 Pela raiz do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas: 08.434.600/0001-70

4.3.3 Pelo Nome Fantasia: IPRESB

4.3.5 Palavras que poderão ser usadas na análise e leitura dos Diários:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI IPRESB | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI IPRESB | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | INST DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | INST PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREV SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | INSTITUTO PREV SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOC SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERV MUNICIPAIS DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERV MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUN BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | PREV SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | PREV SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | SOC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SOC SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | SERV MUNICIPAIS DE BARUERI | SERV MUNICIPAIS BARUERI | BARUERI INSTITUTO DE PREVIDENCIA | BARUERI INSTITUTO PREVIDENCIA | IPRESB

4.4 Ressalta-se que a pesquisa deverá ser realizada nos diários especificados pela CONTRATANTE e encaminhadas por meio eletrônico em até 24 horas de sua circulação aos e-mails institucionais conforme relação a ser encaminhada à CONTRATADA.

4.5 Demais critérios para contratação constam descritos no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5.1 O Serviço consistirá na pesquisa diária dos Diários Eletrônicos elencados pela CONTRATANTE, por meio de sistema automatizado de processamento de dados da CONTRATADA, em busca de trechos publicados nos Diários Eletrônico então pesquisado, que contenham pelo menos uma das expressões de pesquisas indicadas pelo CONTRATANTE, a serem disponibilizados em conformidade a este instrumento.

5.2 A disponibilização das informações, a partir da pesquisa realizada pelos sistemas automatizados de processamento de dados da CONTRATADA, será realizada simultaneamente por meio de envio de correspondência eletrônica (e-mail) como também disponibilizados no sítio mantido pela CONTRATADA.

5.3 As informações poderão ainda ser disponibilizadas ao CONTRATANTE pela CONTRATADA de forma adicional ou em substituição aos meios indicados no item 5.2 acima, conforme ajuste entre as Partes.

5.4 O prazo para envio e disponibilização eletrônica será de até **24h00** (vinte e quatro horas) após a disponibilização dos respectivos diários oficiais na Internet.

5.5 Naqueles dias em que, as pesquisas realizadas pela CONTRATADA não implicarem na localização de resultado que corresponda às expressões indicadas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA enviará mensagem ao CONTRATANTE, por meio dos endereços eletrônicos indicados, informando acerca do resultado negativo das pesquisas.

5.6 Caso as pesquisas sejam refeitas pela CONTRATADA, em procedimentos de redundância, e acusem novos resultados contendo as expressões indicadas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA enviará as informações identificadas na forma do item 5.1.

5.7 A contratação do presente serviço deverá observar os dispositivos do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 DO PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

6.1.1 O contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dão outras providências, vinculando-se também aos dispositivos do Decreto Municipal nº 9787/2023 que dispõe sobre normas de licitações e contratos administrativos para a administração direta, autárquica e fundacional do município de Barueri.

6.1.2 Os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão ser iniciados a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviço emitido pelo Fiscal do Contrato.

6.1.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura contratual, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14133/2021.

6.1.4 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, em conformidade com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.5 Na hipótese prevista no item 6.1.2, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei n.º 14133/2021.

6.2 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.2.1 Obriga-se a prestar os serviços de acordo com o dispositivos constantes no termo de referência e seus anexos, e se necessário reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte,

o objeto do contrato em que se verificarem vício, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

6.2.2 Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

6.2.3 Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificações exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

6.2.4 Realizar o atendimento oportuno aos questionamentos e/ou solicitações, fornecendo informações e auxiliando para alinhamento, avaliação dos trabalhos e busca de melhores resultados na execução fiel dos serviços contratados.

6.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

6.2.6 Responsabilizar-se em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução dos serviços.

6.2.7 Responsabilizar-se moral e materialmente por seus empregados, ressarcindo prontamente qualquer dano ou prejuízo por eles causados nas instalações ou nos equipamentos da CONTRATANTE.

6.2.8 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à CONTRATANTE em razão de erros em serviços prestados pela CONTRATADA, decorrentes da execução do contrato.

6.2.9 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes do presente contrato, assim como todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

6.2.10 Estar ciente do Código de Ética do IPRESB e de seu conteúdo, disponibilizado no site oficial ipresb.barueri.sp.gov.br

6.2.11 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo prévio entre as partes contratantes.

6.3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.3.1 Fornecer informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

6.3.2 Consultar, de forma redundante, as informações contidas na caixa de correspondência eletrônica (e-mail) ou obtidas por outras formas de envio ajustadas com a CONTRATADA.

6.3.3 Verificar diariamente a caixa de correspondência eletrônica (e-mail) a fim de analisar se os e-mails que são enviados pela CONTRATADA foram efetivamente recebidos, em sua totalidade ou não, bem como se as informações foram recepcionadas corretamente pelo meio escolhido, contatando a CONTRATADA em caso de não recebimento a fim de sanar a pendência.

6.3.4 Manter o (s) seu (s) endereços (s) eletrônicos (s) atualizados e com capacidade para receber os recortes.

6.3.5 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

6.3.6 Indicar fiscal para acompanhamento contratual.

6.3.7 Proceder à mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, avaliar a qualidade do objeto, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, bem como, exigir o cumprimento de todos os itens deste Contrato, segundo suas especificações.

6.3.8 Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste contrato.

6.4 DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.4.1 A CONTRATADA deverá seguir a política de segurança da informação do IPRESB, conforme a resolução 36 /2019 e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – e utilizar de recursos que garantam a segurança contra invasões ou o vazamento de informações.

6.4.2 Fica de responsabilidade da CONTRATADA a garantia de sigilo nas informações da CONTRATANTE que venham a ter conhecimento estendendo essa responsabilidade a seus colaboradores e funcionários que venham a ter contato nas dependências da CONTRATANTE ou arquivos acessados.

6.4.3 Caso seja comprovado que houve o vazamento de dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá responder legalmente e sofrer as devidas sanções conforme a legislação.

6.5 DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.5.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações elencadas no art. 157 da Lei 14133/2021.

6.5.2 A extinção do contrato, em consonância com o art. 138 da lei 14133/2021, poderá ser:

6.5.3 ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

6.5.4 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

6.5.5 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

6.6 DAS PENALIDADES

6.6.1 A CONTRATADA ficará sujeita, na ocorrência das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, em especial nas circunstâncias de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas neste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa às seguintes sanções, fundamentada no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

6.6.1.1 advertência, quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;

6.6.1.2 multa de 0,5% do valor da fatura por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

6.6.1.3 multa de até 10% sobre o valor remanescente do contrato ou instrumento equivalente, para atraso superior a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução parcial;

6.6.1.4 multa de até 20% do valor do contrato, para casos de inexecução total;

6.6.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CONTRATANTE;

6.6.3 As sanções previstas no item 6.6.1 e seus subitens poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com quaisquer das demais;

6.6.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia;

6.6.5 As multas administrativas previstas no item 6.6.1 e seus subitens não têm caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento à CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas;

6.6.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às multas de mora, a incidir sobre o valor do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas;

6.6.7 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

6.6.8 As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente em conta indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de quinze dias corridos, contados da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6.9 Para aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

6.6.10 As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos termos do .

6.6.11 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 DO RECEBIMENTO

7.1.1 Após a verificação da qualidade e quantidade do serviço atendidas será efetuado o ateste da nota fiscal desde que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

7.1.2 A empresa será comunicada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.4 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2 DA LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2 Os valores apresentados já incluem quaisquer custos e despesas, tributos, taxas, contribuições e encargos de qualquer natureza que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto, não podendo ser pleito de acréscimos a esse ou a qualquer título e não cabendo à CONTRATADA qualquer reclamação posterior.

7.2.3 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

7.2.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3 DO PAGAMENTO

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá ser verificada os seguintes requisitos:

8.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.390,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.390,00 (mil, trezentos e noventa reais)**, conforme pesquisa de preço anexa.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Indireta

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação específica para o exercício vigente: 09.2720100.2100.3.3.90.40.99

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pela elaboração do TR.

CARLA BASTOS SANTANA RIBEIRO

Chefia de Gabinete



Assinou eletronicamente em 05/06/2023 às 15:10:37.

Despacho: Unidade requisitante

ISABELA GIOSA SANINO

Chefe Procuradoria



Assinou eletronicamente em 05/06/2023 às 15:13:43.

ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar 17/2023

Estudo Técnico Preliminar 17/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: IPRESB 001840/2023

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada em serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União por meio de correio eletrônico ou website que constem o nome ou estejam relacionados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri - IPRESB.

O IPRESB possui processos em trâmite perante tribunais, nos quais figura como polo ativo ou passivo, e frequentemente segurados ou dependentes vinculados ao Instituto ingressam com ação judicial. Diante disso, para que a Procuradoria Previdenciária possa desempenhar suas atividades de natureza contenciosa, e que o Sr. Presidente e Unidade de Benefícios Previdenciários possam estar cientes do andamento dos processos é de extrema necessidade o auxílio da leitura e recorte dos diários da justiça, referente as publicações divulgadas em nome desta Autarquia.

Ademais, tal procedimento garante ao IPRESB estar informado de todos os andamentos processuais, auxiliando na contagem de prazos e acompanhamento dos processos, bem como comparecer em audiências tempestivamente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GABINETE IPRESB	CARLA RIBEIRO
PROCURADORIA PREVIDENCIÁRIA	ISABELA GIOSA SANINO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A contratada deverá realizar o serviço de leitura, seleção e recorte das publicações dos diários eletrônicos de órgãos jurisdicionais brasileiros que contenham pelo menos uma das expressões indicadas pelo IPRESB a fim de disponibilizar diariamente o recorte eletrônico ao Instituto a serem encaminhados por email e website de publicações.

2. A contratação do presente objeto deverá observar os dispositivos deste Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de preços foi realizada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14133/2021.

Considerando diferentes fontes, bem como analisando contratações realizadas pelo IPRESB e também contratações iguais e similares por outros órgãos e entidades, verificou-se que o acesso às publicações onde um órgão público é citado pode ser realizado manualmente acessando aos sites oficiais das instituições, ou por meio de contratação em que a contratada tem tecnologia para pesquisa, leitura e envio dos recortes eletrônicos aos clientes em todos os diários oficiais que a contratante é citada.

6. Descrição da solução como um todo

O serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União que constem o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri - IPRESB se dará por meio de contratação de empresa especializada neste ramo visto que possuem a tecnologia para encaminhar todas as publicações que o Instituto é citado de forma tempestiva o que facilitará e agilizará o acompanhamento do processo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Analisando o contrato vigente com IPRESB verifica-se que atende plenamente às necessidades do Instituto em receber as publicações onde a autarquia é citada, portanto apenas uma empresa é capaz de fornecer os recortes eletrônicos no meios requeridos para presente contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.390,00

O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 1390,00 (mil, trezentos e noventa reais) conforme pesquisa de mercado anexa.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Observada a regra do parcelamento, conforme disposto na alínea b) do art. 40 da lei 14.133/2021, não haverá parcelamento da solução por tratar-se de apenas 1 (um) item. Portanto, a divisão não é tecnicamente possível.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no plano anual de contratações 2023 do IPRESB.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O IPRESB necessita manter o controle efetivo das publicações relativas aos processos judiciais e administrativos de interesses do Instituto, e o envio dos recortes eletrônicos do Diários possibilitarão o acesso rápido às intimações feitas pela Imprensa Oficial.

A enorme quantidade de publicações, em diários oficiais diversos, disponibilizados em horários também variáveis, torna inviável a leitura diária desses jornais pela Administração nas pessoas de seus empregados, o que justifica a contratação de empresa, até em obediências aos princípios da celeridade e da economicidade.

Por tudo isso, é que se justifica a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de "recortes eletrônicos dos diários oficiais de pesquisa e leitura eletrônica, envio eletrônico de recortes que cite o IPRESB, visando agilidade da rotina jurídica e administrativa.

13. Providências a serem Adotadas

As providências acerca desta contratação serão discriminadas no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Não foram encontrados impeditivos para a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Principal área de interesse e de acordo com ETP.

ISABELA GIOSA SANINO

Procuradoria Previdenciária



Assinou eletronicamente em 02/06/2023 às 15:13:49.

Despacho: Responsável pela elaboração

CARLA BASTOS SANTANA RIBEIRO

Chefe de Gabinete



Assinou eletronicamente em 02/06/2023 às 15:11:42.

Despacho: Autorização da autoridade competente

WEBER SERAGINI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/06/2023 às 15:13:08.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - pesquisa de preço.pdf (225.54 KB)

Anexo I - pesquisa de preço.pdf



Relatório de Pesquisa de Preços

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Título	Editado por	Status
50/2023	929647	Recorte eletrônico de publicações no diários oficiais	CARLA BASTOS SANTANA RIBEIRO	Concluída

Observações

Total de itens cotados: 1

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
10219 - Resenha de notícia / agenciamento de informação / sinopse / recorte notícia		Menor Preço	Média	Mediana	Maior Preço
Unidade	Quantidade				
Fornecimento	1	R\$ 95,8300	R\$ 1614,3611	R\$ 1.390,0000	R\$ 6.000,0000
UNIDADE					

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	SUPERINT.NACIONAL DE...	9	R\$ 20.289,4000	19/05/2023	Não
2	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	1	R\$ 1.188,0000	28/03/2023	Sim
3	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SAO PAULO	1	R\$ 1.432,0000	17/03/2023	Sim
4	I	Compras.gov.br	CONSELHO REGIONAL D...	1	R\$ 1.030,0000	09/03/2023	Não
5	I	Compras.gov.br	INSTITUTO DE PESQUISA...	1	R\$ 63.996,0000	08/03/2023	Não
6	I	Compras.gov.br	JUSTICA DO TRABALHO	1	R\$ 4.400,0000	01/02/2023	Não
7	I	Compras.gov.br	AGENCIA NACIONAL DE ...	1	R\$ 45.000,0000	20/01/2023	Não
8	I	Compras.gov.br	JUSTICA FEDERAL	1	R\$ 23.400,0000	09/01/2023	Não
9	I	Compras.gov.br	FUND.INST.BRASILEIRO ...	1	R\$ 29.900,0000	26/12/2022	Não
10	I	Compras.gov.br	INSTITUTO BRASILEIRO ...	1	R\$ 15.379,2000	15/12/2022	Não
11	I	Compras.gov.br	INSTITUTO BRASILEIRO ...	1	R\$ 9.348,0000	15/12/2022	Não
12	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA...	1	R\$ 14.347,9200	28/11/2022	Não
13	I	Compras.gov.br	EMPRESA BRASILEIRA D...	1	R\$ 7.890,0000	16/11/2022	Não

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	Compras.gov.br	CONS REG DE CORRET D...	12	R\$ 1.662,5000	09/11/2022	Não
15	I	Compras.gov.br	BANCO CENTRAL DO BR...	1	R\$ 43.500,0000	07/11/2022	Não
16	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA...	1	R\$ 14.400,0000	28/10/2022	Não
17	I	Compras.gov.br	ESTADO DE PERNAMBU...	1	R\$ 165.600,0000	20/10/2022	Não
18	I	Compras.gov.br	INDUSTRIA DE MATERIA...	1	R\$ 616,9200	19/10/2022	Sim
19	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DO...	12	R\$ 3.441,6600	14/10/2022	Não
20	I	Compras.gov.br	TRIBUNAL DE JUSTICA D...	1	R\$ 179.400,0000	10/10/2022	Não
21	I	Compras.gov.br	SUPERINTENDENCIA DO ...	1	R\$ 5.400,0000	06/10/2022	Não
22	I	Compras.gov.br	EMPRESA DE PESQUISA ...	1	R\$ 36.000,0000	28/09/2022	Não
23	I	Compras.gov.br	CONSELHO REGIONAL D...	1	R\$ 6.000,0000	27/09/2022	Sim
24	I	Compras.gov.br	AGENCIA NACIONAL DE ...	1	R\$ 33.600,0000	08/09/2022	Não
25	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOM...	1	R\$ 35.160,0000	08/09/2022	Não
26	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SAO PAULO	1	R\$ 2.259,0000	25/08/2022	Sim
27	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOM...	1	R\$ 616.860,0000	22/08/2022	Não
28	I	Compras.gov.br	INST.FED.DE EDUC.,CIEN...	12	R\$ 1.390,0000	12/08/2022	Sim
29	I	Compras.gov.br	CONSELHO FEDERAL DE...	50000	R\$ 0,0440	30/06/2022	Não
30	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOM...	1	R\$ 3.607.840,3600	13/06/2022	Não
31	I	Compras.gov.br	AGENCIA NACIONAL DE ...	1	R\$ 14.400,0000	07/06/2022	Não
32	I	Compras.gov.br	TRIBUNAL DE CONTAS D...	12	R\$ 1.450,0000	26/05/2022	Sim
33	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	12	R\$ 95,8300	23/05/2022	Sim
34	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	12	R\$ 97,5000	23/05/2022	Sim

Relatório emitido em 23/05/2023 - 11:50

Memória de calculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021): Média: corresponde à soma dos valores das amostras, divida pelo número de amostras. Mediana: medida de tendência central das amostras que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos."

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: xxx/202x

PROCESSO Nº: xxx/202x

PARTE INTEGRANTE DO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº xxx/202x

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA, LEITURA E ENVIO DE RECORTES ELETRÔNICOS DE PUBLICAÇÕES DOS DIÁRIOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DA UNIÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI - IPRESB E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI - IPRESB**, autarquia municipal com sede na Alameda Wagih Salles Nemer, 85, Centro, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 08.434.600/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXX, ora denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX, Estado de XXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu Sócio XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ora denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviço de pesquisa, leitura e envio de recortes eletrônicos de publicações dos diários oficiais do estado de São Paulo e da União.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DESCRITIVO DO OBJETO

2.1. Serviço de leitura, seleção e recorte das publicações dos diários eletrônicos de órgãos jurisdicionais brasileiros elencados no item 2.2, que contenham pelo menos uma das expressões indicadas pelo Contratante, conforme item 2.3, a fim de disponibilizar o recorte eletrônico ao Instituto, a serem encaminhados diariamente por correio eletrônico ou disponibilizados no website da Contratada.

2.2. Grupos pesquisados:

2.2.1. SP – Diário da Justiça de São Paulo – JUFED

2.2.2. SP – Poder Executivo – Seção I

2.2.3. SP – Poder Executivo – Seção II

2.2.4. SP – Poder Legislativo – Tribunal de Contas

2.2.5. Tribunal Regional Federal – 3 região

2.2.6. Tribunal Regional do Trabalho – TRT 2

2.2.7. Diário Oficial da União

2.3. As pesquisas das publicações deverão ocorrer:

2.3.1. Pela Razão Social: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri

2.3.2. Pela raiz do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas: 08.434.600/0001-70

2.3.3. Pelo Nome Fantasia: IPRESB

2.3.4. Palavras que poderão ser usadas na análise e leitura dos Diários:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI IPRESB | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI IPRESB | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | INST DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | INST PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREV SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | INSTITUTO PREV SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE

BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOC SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERV MUNICIPAIS DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERV MUNICIPAIS BARUERI | INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUN DE BARUERI | INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUN BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | PREV SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | PREV SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | SOCIAL SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | SOC DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SOC SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI | SERVIDORES MUNICIPAIS BARUERI | SERVIDOR MUNICIPAL DE BARUERI | SERVIDOR MUNICIPAL BARUERI | SERV MUNICIPAIS DE BARUERI | SERV MUNICIPAIS BARUERI | BARUERI INSTITUTO DE PREVIDENCIA | BARUERI INSTITUTO PREVIDENCIA | IPRESB

2.4. A pesquisa deverá ser realizada nos diários especificados pela Contratante e encaminhadas por meio eletrônico em até 24 (vinte e quatro) horas de sua circulação aos e-mails institucionais conforme relação a ser encaminhada à Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Obedecer às condições do Aviso de Dispensa Eletrônica nº xxx/202x e seus anexos, para perfeito cumprimento do objeto deste Contrato.

3.2. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação exigidas no processo de seleção do fornecedor.

3.3. Realizar o atendimento oportuno aos questionamentos e/ou solicitações, fornecendo informações e auxiliando para alinhamento, avaliação dos trabalhos e busca de melhores resultados na execução fiel dos serviços contratados.

3.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

3.6. Ter conhecimento do Código de Ética do IPRESB, disponível em:

<https://ipresb.barueri.sp.gov.br>

3.6.1. Concordar com as regras contidas no Código de Ética e assumir o compromisso de seguir as diretrizes na relação comercial com o IPRESB.

3.6.2. Zelar pelo cumprimento do Código de Ética e disponibilizar a todos os seus representantes, colaboradores, fornecedores e/ou contratados que estejam envolvidos direta ou indiretamente na prestação de serviços junto ao IPRESB.

3.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato. Facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo prévio entre as partes contratantes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Fornecer informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

4.2. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

4.3. Proceder à mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, avaliar a qualidade do objeto, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, bem como, exigir o cumprimento de todos os itens deste Contrato, segundo suas especificações.

4.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá seguir a política de segurança da informação do IPRESB, conforme a resolução 36/2019 e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – e utilizar de recursos que garantam a segurança contra invasões ou o vazamento de informações.

5.2. Fica de responsabilidade da CONTRATADA a garantia de sigilo nas informações da CONTRATANTE que venham a ter conhecimento estendendo essa responsabilidade a seus colaboradores e funcionários que venham a ter contato nas dependências da CONTRATANTE ou arquivos acessados.

5.3. Caso seja comprovado que houve o vazamento de dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá responder legalmente e sofrer as devidas sanções conforme a legislação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de início, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107, da Lei n. 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

6.2. Após o período de 12 meses, caso o contrato seja prorrogado na forma do item acima, o contrato poderá ser reajustado, pela variação do INPC-IBGE, a contar da data de apresentação da proposta comercial.

6.3. Na hipótese prevista no item 3.7, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados o valor total de **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx)**, conforme proposta apresentada.

7.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do titular do Contrato, em conformidade com os dados bancários apresentados na proposta, em até 10 (dez) dias a contar da entrega da nota fiscal pela CONTRATANTE à CONTRATADA, desde que seja confirmada a perfeita execução do objeto contratado por meio do atesto da Nota Fiscal/Fatura, pelo fiscal do Contrato.

7.3. O preenchimento das Notas Fiscais deverá ocorrer em conformidade com a legislação vigente, observando as retenções fiscais obrigatórias para os órgãos da Administração Pública.

7.4. Caso o objeto do presente Contrato não seja cumprido fielmente e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

7.5. O CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

7.6. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA FONTE DOS RECURSOS

8.1. As despesas correspondentes ocorrerão por conta de dotação orçamentária específica codificada para o exercício de 202x, sob a rubrica nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e de dotação orçamentária específica codificada para o exercício de 202y.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido de forma unilateral pelo CONTRATANTE nas hipóteses de:

- i. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- ii. Subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não autorizadas previamente pelo CONTRATANTE;
- iii. Razões de interesse público de alta relevância assim como amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE.

9.2. Este contrato poderá ser rescindido por ato amigável, formalizado por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo administrativo instrutório da dispensa, devidamente justificado e desde que haja conveniência para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas neste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa às seguintes penalidades, fundamentadas nos artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/21 a saber:

- a)** advertência, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação contratual, ou quando forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha concorrido diretamente;
- b)** multa que será aplicada nas hipóteses de ocorrência de atraso injustificado, inexecução parcial ou total do contrato, observando-se os seguintes parâmetros:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PERCENTUAL/VALOR
1	0,5 % sobre o valor total do contrato
2	2 % sobre o valor total do contrato
3	5 % sobre o valor total do contrato
4	10 % sobre o valor total do contrato
5	15 % sobre o valor total do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU DA INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA
------	-----------	------------------	------------

I	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo maior ou caso fortuito	4	Por ocorrência
II	Destruir ou danificar documentos, informações, dependências e/ou equipamentos do IPRESB que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus funcionários	5	Por ocorrência
III	Utilizar as dependências, informações, documentos, equipamentos e/ou demais facilidades do IPRESB para fins diversos do objeto do contrato	4	Por Ocorrência
IV	Não executar ou executar com falha atividade e/ou fornecimento previsto no contrato, sem motivo justificado	3	Por ocorrência
V	Permitir situação que crie a possibilidade de causa ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais	5	Por ocorrência
VII	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por empregado e por ocorrência
VII	Não cumprir o horário ou prazo estabelecido no contrato ou solicitação decorrente	2	Por ocorrência
VIII	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização	3	Por ocorrência

	quanto aos termos do Edital e seus Anexos		
IX	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	1	Por ocorrência e por dia
X	Não cumprir legislação ou norma técnica inerente à execução do objeto	2	Por ocorrência e por lei ou norma
XI	Atrasar o início da prestação de serviços	1	Por dia
XVII	Para as demais falhas na execução deste contrato não especificados nos itens anteriores	3	Por ocorrência

c) suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Barueri, pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

10.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CONTRATANTE.

10.3. As sanções previstas nas letras a, b, c e d poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com quaisquer das demais.

10.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia;

10.5. As multas administrativas previstas nas letras a, b, c e d não têm caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento à CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas;

10.6. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às multas de mora, a incidir sobre o valor do saldo não atendido, sem prejuízo

da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas;

10.7. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

10.8. As multas serão descontadas dos pagamentos a que a licitante vencedora fizer jus, ou recolhidas diretamente em conta indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de quinze dias corridos, contados da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.9. Para aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

10.10. As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.11. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas no presente Contrato.

11.2. As partes signatárias deste contrato elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Barueri do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus representantes, em 02 (duas) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Barueri, xx de xxxxxxxxxxxx de 202x.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SÓCIO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Assinaturas do documento

"Aviso de Dispensa Eletrônica 010 2023"



Código para verificação: **I6M09V8P**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MARCELO RODRIGUES LARANGEIRA** (CPF: 082.XXX.618-XX) em 15/06/2023 às 13:31:47 (GMT-03:00)
Emitido por: "AC SERASA RFB v5", emitido em 15/08/2022 - 17:07:00 e válido até 15/08/2023 - 17:06:59.
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **IPRESB 001840/2023** e o código **I6M09V8P** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.